



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 920, DE 1991

(Do Sr. Paulo Paim)

Dispõe sobre o pagamento do adicional de insalubridade aos trabalhadores rurais que menciona e determina outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.015, DE 1988).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Todo trabalhador rural que exercer sua atividade profissional no manuseio de produtos agrotóxicos faz jus à percepção do adicional de insalubridade.

Parágrafo único. O percentual da vantagem instituída no caput deste artigo será fixado pelo órgão competente do Poder Executivo.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publica-ção.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

É indiscutível o efeito nocivo que o agrotóxico acarreta para quem diariamente o manuseia. São freqüentes os casos de com

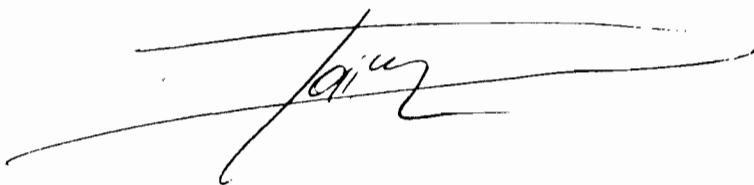
plicação respiratória e até mesmo de morte causadas pela inadequada utilização do produto.

Não obstante esses problemas, há trabalhadores da mencionada categoria que não percebem o adicional de insalubridade, fato que se atribuir à inércia dos órgãos competentes do Ministério do Trabalho e Previdência Social e dos próprios sindicatos rurais.

Em consequência, quer o presente projeto de lei estabelecer que os exercentes dessas atividades façam jus a um adicional de insalubridade que, na forma do parágrafo único do art. 1º proposto, será fixado pelo órgão competente do Poder Executivo.

Em vista dos evidentes aspectos sociais que o projeto encerra, queremos crer que os eminentes membros do Congresso Nacional manifestar-se-ão pela sua aprovação.

Sala das Sessões, 7 de maio de 1991.

A handwritten signature in dark ink, appearing to be "Jair", written over a horizontal line.